



## PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA VERTENTES DO RIO GRANDE - CBH GD2

1 Ata da 42ª Reunião Ordinária realizada no dia 13 de Setembro de 2019

2 Aos 13 de setembro de 2019, às 9h30 min, reuniu-se em plenária o Comitê da  
3 Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande - CBH GD2 para realização da 42ª  
4 Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande, no  
5 auditório da AMVER, situado à Avenida Leite de Castro, Nº 1.364, Bairro  
6 Fábricas, em São João del-Rei, MG. Compareceram os seguintes conselheiros  
7 titulares e suplentes: **Representantes do poder público estadual:** Márcio Heitor  
8 Stelmo da Silva (SES/MG), Reginaldo da Silva Alves (IEF), Edson Geraldo  
9 Silveira (PMMG); **Representantes do poder público municipal:** Gustavo  
10 Alvarenga Rodrigues (Prefeitura Municipal de Lavras), Washington Ângelo de  
11 Souza (Prefeitura Municipal de São João del-Rei), Antônio Sebastião Ferreira  
12 Lima (Prefeitura Municipal de Carandaí), Matheus Augusto de Oliveira Alves  
13 (Prefeitura Municipal de Nepomuceno); **Representantes dos usuários de**  
14 **recursos hídricos:** Lucas Passos de Oliveira (SAAE - Oliveira), Rachell Tre da  
15 Conceição (SAS – Barbacena), Camila Aparecida dos Santos (LafargeHolcim),  
16 Izaías Cláudio Mendes de Oliveira (AMG), Jose Eli de Sousa (COPASA), Renato  
17 José Laguardia de Oliveira (Sindicato Rural de Barbacena), Deivid Lucas de  
18 Oliveira (FIEMG); **Representantes de entidades da sociedade civil:** Sálvio de  
19 Macedo Silva (UFSJ), Maria das Graças Alves Costa (IFSudeste MG), Paulo  
20 César José Giarola (ARPA SJDR), **Convidados:** Rômer Silva Castanheira (SAAE  
21 – Oliveira - Assessor de imprensa). A pauta de reunião contou com os seguintes  
22 pontos: **1)** Abertura e verificação do quórum; **2)** Aprovação da Deliberação  
23 Conjunta dos Comitês Mineiros da Bacia do Rio Grande Nº 01, de 18 de  
24 dezembro de 2018, que “Institui o Grupo de Trabalho para Discussão do processo  
25 de implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos e formato jurídico-  
26 institucional da Agência de Bacia nas Bacias Mineiras Afluentes do Rio Grande”;  
27 **3)** Aprovação das Atas da 41ª Reunião Ordinária de 2019 (27/05/2019) e da 2ª  
28 Reunião Extraordinária de 2019 (17/06/2019); **4)** Apresentação da nova  
29 regionalização das UPGRHs proposta pelo IGAM; **5)** Assuntos Gerais: (sede do  
30 comitê, Informes do Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias e informes ENCOB  
31 2019); **Encerramento.** Assuntos em Pauta: Foi verificado o quórum pelo Vice  
32 Presidente do comitê Gustavo Alvarenga Rodrigues, que comentou a respeito da  
33 pauta da reunião e posteriormente fez o agradecimento à presença de todos.  
34 Dando início à reunião ele fez uma explanação a respeito do funcionamento do  
35 comitê, os órgãos componentes dessa estrutura, falou sobre a postura do GD2  
36 que é agregar, é unir todos os segmentos na gestão dos recursos hídricos. São  
37 geridos por pessoas. Não pode haver separação. Falou também da importância  
38 da bacia e citou “somos produtores de água e de boa qualidade”. Logo após ele  
39 apresentou um organograma sobre o assunto. Encerrada a apresentação ele  
40 solicitou aos conselheiros a alteração na pauta da reunião, abrindo espaço para  
41 manifestação de opiniões, comunicações. Não houve nenhuma intervenção. Logo  
42 em seguida,

43 passou-se para o **2º ponto da reunião**: a leitura da Deliberação Normativa Nº  
44 27/2019 “que institui o procedimento de avaliação e acompanhamento de  
45 processos de outorga encaminhados ao CBH GD2” de 22 de abril de 2019. Foi  
46 apresentada à plenária a DN 27 AD REFERENDUM com a indicação de 2  
47 membros para o Grupo de Trabalho e Cobrança, os conselheiros Matheus  
48 Augusto de Oliveira Alves (Prefeitura Municipal de Nepomuceno) como titular e  
49 Adriano Valério Resende (ONG IRIS) como suplente. Também foi pedida a  
50 prorrogação de prazo para 30 de dezembro de 2019. Foi solicitada para a plenária  
51 a votação que foi aprovada por unanimidade. Dando seqüência passou-se para o  
52 **3º ponto da reunião**: Apresentação da nova regionalização das UPGRHs  
53 proposta pelo IGAM. O conselheiro Deivid (FIEMG), a pedido do Presidente  
54 Adriano fez um breve relato sobre a proposta enviada pelo IGAM ao CERH.  
55 Segundo ele, a proposta se refere à avaliação da modelagem institucional para o  
56 sistema de gerenciamento de recursos hídricos. A proposta destacou uma  
57 releitura dos planos diretores para uma agenda executiva através dos manuais  
58 operativos, aprimoramento dos critérios de outorga, enquadramento e avaliação  
59 do arranjo institucional com uma redução de 36 para 14 UPGRHs. Essas  
60 propostas, segundo ele, não passaram pelos comitês. Foi solicitado pelos comitês  
61 um tempo maior para discussão do assunto. O Vice Presidente Gustavo fez as  
62 considerações gerais sobre o assunto e declarou que a nossa região é muito rica  
63 e abundante em recursos hídricos e ficamos muito no comodismo, atrasados no  
64 tempo. Tivemos apoio no começo e nos acomodamos. Precisamos nos organizar  
65 rapidamente e deixar a acomodação. A seguir ele passou a palavra para os  
66 conselheiros. O conselheiro Antônio Sebastião (Pref. Mun. de Carandaí)  
67 questionou o não cumprimento da ordem pré-estabelecida das datas das reuniões  
68 ordinárias que não são seguidas e que devido a compromissos assumidos, não  
69 cumprindo-se o cronograma altera a agenda dos conselheiros. Também solicitou  
70 que seja feito um planejamento e na ausência do presidente a reunião seja  
71 presidida pelo vice, primeiro secretário, etc. Logo após o conselheiro Paulo César  
72 (ARPA - SJDR) expressou sua opinião sobre a dificuldade que o comitê tinha em  
73 organizar as reuniões, pauta, mobilização. O estado criou os comitês e não deu  
74 suporte. Não somos assistidos pelo IGAM. O estado não consegue ceder um  
75 espaço para o comitê. Não temos condições de trabalho, sede e nem auditório.  
76 Tentaram parceria com IFSudeste - MG mas não foi efetivada. O comitê está  
77 numa estrutura cedida pela Prefeitura na Secretaria do Meio Ambiente e que  
78 depende da utilização de mobiliário, telefone, computador, internet, etc. O comitê  
79 não tem recursos para funcionar. Em seguida, ele relatou sobre uma denúncia de  
80 pescadores feita na reunião do CODEMA de uma água muito preta com excesso  
81 de material orgânico no Rio das Mortes, próximo ao Campus CETAN pela  
82 movimentação de uma draga na extração de areia. Foi acionada a Polícia  
83 Ambiental que fez a vistoria e verificou que a movimentação na atividade de  
84 extração de areia provocava a sujeira da água com óleo, esgoto e resíduos. Eles  
85 conferiram a Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) da empresa que  
86 estava tudo legalizado e não puderam atuar. O conselheiro Reginaldo explicou  
87 sobre a liberação de documentos dessa natureza.



88 Que é importante para o comitê intervir junto ao IGAM para criar mecanismos,  
89 regulamentos e critérios para esse tipo de atividade, segundo ele a liberação da  
90 AAF é de caráter simplificado, não questiona quantidade de retirada em relação à  
91 reposição de material e sugeriu que venha um profissional da área para falar  
92 sobre o assunto, o representante do IGAM Jose Jorge Pereira.  
93 Sugeriu que o assunto seja debatido no comitê e cobrado dos órgãos do estado:  
94 IGAM, SUPRAM e que seja revisto o critério de liberação e fiscalização. Logo  
95 após, Paulo César fez referência ao Técnico da Emater Geraldo, conselheiro do  
96 comitê, que esteve no local e comprovou que mesmo com autorização a  
97 movimentação de materiais é considerado crime ambiental. Paulo César disse  
98 também que ficaram nesse impasse, eles comentem um crime ambiental e estão  
99 legalizados. Somos cabeceira e este é um assunto que tem que ser debatido no  
100 comitê. Reginaldo falou que o assunto deve ser mais cobrado dos órgãos do  
101 estado e mais debatido no comitê. O conselheiro Edson Silveira (PMMG)  
102 questionou o sistema de emissão de licenças que estão ultrapassadas e que a  
103 empresa estava legalizada. Também disse que os critérios para liberação têm que  
104 ser revistos. As condicionantes têm que ser revistas e melhoradas. Paulo César  
105 endossou as palavras sobre reavaliação de critérios de liberação de licenças. O  
106 conselheiro Sálvio (UFSJ) se manifestou dizendo que devíamos repensar sobre a  
107 fusão dos comitês proposta pelo governo transferindo a responsabilidade para os  
108 comitês de bacias e a respeito da representatividade que será enfraquecida. A  
109 Conselheira Maria das Graças (IFSudeste - MG) endossou a palavras do  
110 conselheiro Sálvio e comentou a respeito da fusão dos comitês que eles vão  
111 perder muito as suas características, as representações vão desaparecer, vai  
112 piorar. Quando se une perde totalmente os detalhes, mapeamentos. Trabalhar em  
113 escala menor é melhor. O convidado Romer (assessor de Imprensa SAAE –  
114 Oliveira) também solicitou a palavra para comentar sobre a fragmentação dos  
115 comitês, a questão separatista e questionou “Qual o rio que estamos discutindo  
116 mais hoje” “Qual o manancial mais importante” “De quem é o comitê?” “Como  
117 fortalecer o comitê?”. Lucas Oliveira (SAAE – Oliveira) também se manifestou  
118 sobre o assunto questionando como ficaria a representatividade da sua região.  
119 Outra intervenção foi do conselheiro Renato La Guardia (Sindicato Rural de  
120 Barbacena) que também questionou sobre a fusão dos comitês e como único  
121 representante da área rural, indagou onde o produtor vai participar (cobrar) e  
122 destacou a importância do segmento como um produtor de águas. Cobrou a  
123 implementação da cobrança do uso de recursos hídricos. Seguindo a reunião  
124 passou-se para o **4º ponto da reunião**: a aprovação das Atas: 41ª Reunião  
125 Ordinária do dia 29 de maio de 2019, da 2ª Reunião Extraordinária de 2019 de 17  
126 de junho de 2019. Foram feitas as leituras das mesmas, as correções necessárias  
127 e solicitadas em votação para a plenária que aprovou por unanimidade. Assuntos  
128 Gerais: Não houve informes nesta reunião. **ENCERRAMENTO**: O Vice Presidente  
129 Gustavo fez as considerações finais e encerrou a reunião agradecendo a  
130 presença de todos comentando que a reunião foi muito produtiva, o diálogo dessa  
131 reunião foi proveitoso. Eu, Laércio Antônio Chitarra, Auxiliar Administrativo CBH  
132 GD2, lavrei a presente ata, aos 13 de Setembro de 2019, sendo posteriormente  
133 encaminhada aos membros do Comitê GD2 – para aprovação na reunião plenária  
134 seguinte





São João del-Rei, 13 de Setembro de 2019.

Gustavo Alvarenga Rodrigues

Vice-Presidente do CBH Vertentes do Rio Grande

Paulo César José Giarola

1º secretário do CBH Vertentes do Rio Grande